

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

**Floriano-PI
2025**

Relatório do Exercício Financeiro de 2025

Prefeitura de Floriano-PI

CNPJ: 06.554.067/0001-54

Ordenador: Antônio Reis Neto

Contador: Joziel Pereira da Rocha

Controladora Geral do Município: Ângela Emanuely Damas Costa

Assunto: Contas Anuais de Governo

Unidades Gestoras:

- ✓ Prefeitura de Floriano-PI;
- ✓ Secretaria Municipal de Educação;
- ✓ Secretaria Municipal de Saúde;
- ✓ Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
- ✓ Secretaria Municipal de Governo;
- ✓ Secretaria Municipal de Finanças;
- ✓ Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- ✓ Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social;
- ✓ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento;
- ✓ Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- ✓ Secretaria Municipal de Cultura;
- ✓ Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- ✓ Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico;
- ✓ Secretaria Municipal de Comunicação;
- ✓ Procuradoria Geral do Município;
- ✓ Controladoria Geral do Município;
- ✓ Ouvidoria Geral do Município;
- ✓ Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito – SUTRAN.

RELATÓRIO

1. Apresentação

Atendendo ao que preceitua a Legislação vigente, Lei Orgânica Municipal Promulgada em 05/04/1990; os artigos 75 a 82 da Lei n. 4.320/1964; os artigos 37 e 74 da Constituição Federal; Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (Lei n. 5.888/2009); e demais legislações pertinentes, apresentamos o Relatório Anual do Controle Interno, elaborado com observação as documentações setorizadas emitidas para a Controladoria Geral do Município.

Este Relatório tem como objetivo fundamental levar ao conhecimento das autoridades competentes, dos órgãos de controle externo e da sociedade, informações adicionais e de forma simplificada das ações governamentais programadas para o exercício de 2025, a partir da execução do orçamento e da avaliação da gestão administrativa, nos seus aspectos Contábil, Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e Operacional.

Com isso, as ações do Controle Interno visam a proteção do patrimônio público e a demonstração de indicadores de excelência na execução de políticas públicas, além de constituir ferramenta de apoio a gestão e instrumento auxiliar em todos os níveis, a fim de conduzir a gestão pública municipal para o atendimento dos interesses coletivos.

Este relatório consolida o resultado do controle interno realizado através das informações prestadas ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI por meio documental e eletrônico, via Sistema SPE – E-Contas.

2. Abordagem do Relatório

O relatório consiste no controle da Execução Orçamentária, Patrimonial, Financeira e Operacional e outros necessários ao acompanhamento efetivo da Administração Pública Municipal em seus diversos níveis, o qual entre eles contemplarão a verificação de:

- ✓ Créditos Orçamentários e Adicionais;
- ✓ Situação Financeira;
- ✓ Receita e Despesa;
- ✓ Apuração dos índices em pessoal do Poder Executivo;
- ✓ Aplicação dos índices em Saúde, Educação e FUNDEB.

- ✓ Suprimento de Fundos;
- ✓ Entre outras informações.

O conteúdo constante do presente relatório consiste no atendimento a legislação vigente, com suporte documental analítico de posse do setor de Controle Interno, que terão como objetivos:

- Garantir a veracidade das informações e dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
- Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar sua correção tempestiva;
- Orientar quanto aos erros e desperdícios, promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
- Salvaguardar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade.

3. Controle da Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial

3.1 Orçamento 2025

A estimativa da receita e a fixação da despesa para o exercício de 2025, foi estabelecida através da Lei Municipal n. 1347/2024, de 30 de dezembro de 2024 no valor de **R\$ 348.033.419,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, trinta e três mil e quatrocentos e dezenove reais)**.

3.2 Detalhamento da Receita Estimada para o Exercício

Receitas	Valores (R\$)
Correntes	341.960.900,00
Capital	28.079.519,00
Deduções	22.007.000,00

3.3 Realização da Receita Orçamentária

Receita Orçamentária por origem no exercício de 2025 realizadas até o bimestre consolidado.

	Receitas Orçamentárias Realizadas	
	R\$	%
Receita Tributária	33.508.310,82	7,96
Receita de Contribuição	43.602.865,38	10,35

Receita Patrimonial	33.670.138,11	7,99
Receita de Serviços	1.575.460,00	0,37
Transferências Correntes	294.871.691,02	70,01
Outras Receitas Correntes	1.563.125,92	0,37
Receita de Capital	33.060.095,55	7,85
Dedução – FUNDEB	20.689.555,40	4,91
Total da Receita	421.162.131,40	100,00

Fonte: Departamento de Contabilidade – RREO

3.4 Análise da Receita Anual em relação a prevista da LOA

Período	Previsão LOA	Realizada	Diferença
Exercício 2025	348.033.419,00	421.162.131,40	73.128.712,40

4. Realização da Despesa Orçamentária

Receita Arrecada Líquida: R\$ 421.162.131,40

Despesa Empenhada: R\$ 340.595.320,65

Despesa Liquidada: R\$ 328.367.664,28

Despesa Paga: R\$ 326.871.365,26

Saldo a Liquidar: R\$ 1.496.299,02

Saldo a Pagar: 12.229.928,97

À vista disso, a gestão busca implementar constantes ações legais para alavancar o aumento na arrecadação, assim como os meios de contenção de gastos.

4.1 Despesa por Função do Exercício

Orçamentária	Valor (R\$)
Legislativa	10.072.607,94
Essencial à Justiça	638.125,39
Administração	16.748.996,11
Assistência Social	4.783.437,59
Previdência Social	12.060.505,61
Saúde	117.102.019,34
Trabalho	25.320,00
Educação	107.273.579,79
Cultura	2.163.624,47

Urbanismo	30.185.969,23
Saneamento	14.566.937,47
Gestão Ambiental	1.409.385,87
Agricultura	3.378.916,82
Comércio e Serviços	2.068.151,98
Comunicações	558.838,37
Transporte	1.724.918,16
Desporto e Lazer	1.974.437,02
Encargos Especiais	13.859.549,49
Total	340.595.320,65

Fonte: RREO – Anexo 2

4.2 Controle das Despesas

O planejamento governamental é de responsabilidade institucional da Prefeitura Municipal e tem como objetivo principal controlar os programas e projetos, em consonância com as normas estabelecidas através do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), com acompanhamento da execução orçamentária através da avaliação da participação das audiências públicas.

5. Créditos Suplementar, Especial, Extraordinário, Redução UG

No exercício financeiro de 2025, foi aberto crédito especial, através da seguinte Lei Municipal e respectivo valor:

- ✓ **Lei n. 1419/2025, de 12 de dezembro de 2025**, que “Promove adequação orçamentária no âmbito do município de Floriano e autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento anual de 2025 no valor de **R\$ 1.826.650,00** (um milhão, oitocentos e vinte e seis mil e seiscentos e cinquenta reais)”.

6. Gestão da Saúde

Despesas com ações e serviços públicos de saúde	Valor apurado	Limite Constitucional Anual	
Executados com recursos de impostos	27.595.163,24	% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado
		15,00	20,40

7. Gestão da Educação

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Valor apurado	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado
Receitas de Impostos	37.466.094,91	25,00	26,26
Fundeb na Remuneração dos Profissionais da Ed. Básica	70.071.382,61	7,00	86,38
Complementação União ao Fundeb (VAAT) na Ed. Infantil	11.049.447,69	50,00	57,75
Complementação União ao Fundeb (VAAT) em Despesa de Capital	4.882.126,09	15,00	25,52

8. Despesa com Pessoal

O gasto com pessoal no exercício de 2025 foi de R\$ 136.259.768,71 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e um centavos), representando 43,47% da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

Assim sendo, o acompanhamento da despesa ocorre através da atuação das Secretarias Municipais e Controladoria Geral do Município, com a finalidade de controle, alerta e orientação repassadas ao gestor para adoção ao que preconiza o art. 23, seus parágrafos e incisos da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, as transferências de duodécimos no exercício de 2025, obedeceram aos limites estabelecidos em lei.

9. Remuneração dos Agentes Políticos

Os subsídios do prefeito e vice-prefeito foram fixados através da Lei Municipal n. 1331/2024, de 9 de setembro de 2024, que “Fixa o subsídio dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Floriano-PI para a legislatura compreendida entre os

anos de 2025/2028 e dá outras providências”, e dos secretários através da Lei Municipal n. 1173/2022, de 20 de dezembro de 2022, conforme descrição abaixo:

- ✓ Prefeito: R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais);
- ✓ Vice-Prefeito: R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais);
- ✓ Secretários Municipais: R\$ 8.625,00 (oito mil seiscentos e vinte e cinco reais).

10. Outras Informações

10.1 Diárias

As diárias concedidas no exercício de 2025, foram regulamentadas pelo decreto nº 248/2015, de 07 de maio de 2015 e as prestações de contas ficaram sujeitas a cada secretaria responsável e controle interno.

10.2 Processos Licitatórios

No exercício de 2025, a comissão permanente de licitação realizou diversos processos em todas as modalidades, os quais foram analisados pelo setor jurídico e controle interno, assim como as recomendações de publicação nos portais de transparência e Tribunal de Contas, conforme determinações legais.

Sobre as modalidades realizadas:

Pregão Eletrônico	47
Dispensa	59
Concorrência	4
Inexigibilidade	36
Credenciamento	13
Aditivos (Ata SRP)	2
Aditivos Contratos	71
Aditivos de valor	30
Adesões Externas	3
Adesões Internas	7
Total	272

10.3 Patrimônio

A relação do patrimônio público (móveis e imóveis) do ano de 2025, constam no portal da transparência da Prefeitura de Floriano-PI.

10.4 SIAFIC

A prefeitura estabeleceu o plano de adequação através do Decreto Municipal n. 46/2021, de 30 de abril de 2021, em atendimento ao Decreto Federal nº 10.540/2020 do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC.

11. Conclusão

O desenvolvimento das atividades do Controle Interno ocorrem de forma a proporcionar uma melhor organização dos processos e a conformidade de todos os atos da gestão pública. No dia a dia da atuação, ocorrem as análises dos processos licitatórios, o acompanhamento da despesa pública e demais atos envolvendo todos os fundos, refletindo uma atuação baseada em orientações, análise e conformidade, pareceres e fiscalizações ao nível de acesso permitido.

No exercício de 2025, pela documentação apresentada e dados consolidados, foram realizadas as devidas recomendações para salvaguardar a gestão no sentido de seus atos refletirem na sociedade, prezando pelo cumprimento da transparência, legalidade e respeito a população.

Posto isso, os documentos encontram-se arquivados e a disposição para análise dos órgãos de controle externo.

É a análise e relatório que faz o Controle Interno.

Floriano-PI, 25 de março de 2026.

Ângela Emanuely Damas Costa
Portaria nº 273/2024
Controladora Geral do Município